

## SOBRE PRESÍDIOS, MÍDIA E AGENTES PENITENCIÁRIOS: UMA NOVA REALIDADE SOCIAL NO OESTE PAULISTA?

Eda Maria Góes<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto pretende discutir aspectos das novas penitenciárias inauguradas nos últimos anos no Estado de São Paulo, durante os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, sobretudo no Oeste Paulista. O papel da mídia na construção de representações sociais dessas instituições, particularmente durante a ocorrência de motins, é objeto central das reflexões propostas. As relações de poder estabelecidas no microcosmo da prisão e a partir dele, norteiam a análise, que enfatiza o papel desempenhado pelos agentes carcerários.

**Palavras-chave:** unidades prisionais; Oeste Paulista; representações sociais; relações de poder; agentes penitenciários.

**Abstract:** This article intends to discuss aspects of the new prisons inaugurated in the last years in the State of São Paulo, during Mário Covas and Geraldo Alckmin governments, above all in the Western state. The role of the media in the construction of social representations of those institutions, particularly during the occurrence of mutinies, it is central object of the proposed reflections. The relationships of power established in the microcosm of the prison and starting from him, orientate the analysis, that emphasizes the paper carried out by the prison agents.

**Key-word:** prisons units; West from São Paulo; socials representations; relationships of power; penitentiary agents.

Pesquisadores diversos tem enfatizado que uma das características marcantes das últimas décadas da história do Brasil tem sido o descrédito em relação às instituições públicas. Expectativas populares de resolução de problemas econômicos e sociais suscitadas pelo fim do Regime Militar foram frustradas, ao mesmo tempo que denúncias sobre corrupção e ineficiência tornaram-se freqüentes.

Neste contexto, a situação de uma instituição pública caracterizada desde os seus primórdios pela frustração de expectativas

<sup>1</sup> Docente dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP. E-mail: edagoes@prudente.unesp.br

populares (ao menos), como é o caso da prisão, parece pouco ter se alterado. Essa impressão é corroborada, sobretudo, pela reprodução do mesmo discurso paradoxal: *sabemos que as prisões não recuperam, muito pelo contrário, mas reivindicamos a construção de mais prisões...*

Reforçando os inúmeros paradoxos que envolvem essa instituição, os programas políticos dos governadores paulistas (para nos determos ao estado que temos estudado) relegaram a questão carcerária a um total abandono, a despeito do crescente espaço conquistado pelo tema da violência urbana na mídia. Com exceção do Governo Montoro (1983 – 1987), cuja atuação na área caracterizou-se por forte polêmica, os outros governantes limitaram suas propostas a outra instituição – a polícia.

A partir de 1997, a mídia foi um dos espaços de divulgação dos planos do Governo Covas para a área carcerária, com destaque para a inusitada construção simultânea de 21 novas penitenciárias, a maioria das quais situadas no interior do Estado.

Mas a mídia também tem sido palco de denúncias, debates e, principalmente, notícias sensacionalistas acerca do sistema penitenciário, sempre envolvendo a violência. Para melhor compreender tal papel desempenhado pela mídia, é necessário levar em conta que uma das peculiaridades do vasto repertório de violências contemporâneas é a visibilidade.

Nesse sentido, o tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. Isso não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Além disso, esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (IMBERT, 1992, p.15).

É a partir desse referencial e das considerações de outros especialistas sobre o papel da mídia como principal mediadora contemporânea, tanto das representações como da esfera pública (MOSCOVICI, 1985; JOVCHELOVITCH, 2000), que se compreende o papel por ela desempenhado na construção de representações sociais acerca das instituições penitenciárias e sua influência, sobretudo em regiões como o Oeste Paulista, onde a questão adquiriu uma dimensão inusitada, muito recentemente.

O maior impacto foi sentido a partir de 19 de fevereiro de 2001, quando todos foram surpreendidos com notícias sobre a ocorrência simultânea de motins em mais de 20 penitenciárias e casas de detenção da capital e do interior paulista. A partir de então muito se falou acerca do PCC (Primeiro Comando da Capital), uma organização de presos espalhada por diversas unidades prisionais, e sobre motins carcerários, ocorridos, possíveis e planejados. No caso dos jornais interioranos a discussão foi diretamente direcionada para as reações contra a possibilidade de que novas penitenciárias viessem a ser

construídas nas respectivas cidades. Em algumas delas, como é o caso de Presidente Prudente, transformou-se em campanha contra a construção de novas unidades prisionais nesse município.

Desse modo, como é freqüente na mídia, um acontecimento excepcional, que significou a quebra radical da rotina carcerária, fez com que um assunto pouco abordado merecesse atenção, desta vez ao longo de meses. Mas como pouco ou quase nada se fala dos presídios no seu dia a dia, sobre seu cotidiano de isolamento, quando enfatiza esses acontecimentos extraordinários que são os motins de presos, explorando-os até a exaustão de forma sensacionalista, produz uma imagem invertida das penitenciárias, que passam a ser representadas como locais onde não há rotina, mas apenas manifestações violentas e ameaçadoras dos presos. O que é excepcional assume assim a aparência de regra.

Mas durante todo o ano 2000 ocorreram 25 motins carcerários em todo Estado de São Paulo. Com 74 unidades penitenciárias funcionando, podemos concluir que a maioria delas não registrou nenhum motim. Isso, sem levar em conta que a imensa maioria dos motins acaba sem qualquer fuga de presos e, em geral, com eventuais mortos e freqüentes feridos entre os próprios presos.

Frente a esse quadro, vai se delineando o papel desempenhado pela mídia diante dessa sensação de medo difuso, de ameaça imprevisível, tão familiar às sociedades contemporâneas. Segundo Veron, a mídia "formaliza o real, introduz ordem onde havia caos", ou seja, ela "produz realidade" (citado por IMBERT, 1992, p.62). Ela produz uma dada realidade, muitas vezes pautada por estereótipos sociais (por exemplo, a maioria dos presidiários é composta por negros ou mulatos, os sem teto são imigrantes nordestinos, pessoas que se vestem com extravagância ou pintam os cabelos de maneira pouco convencional usam drogas, etc.), em simplificações, tais como: se a maioria dos usuários de drogas é jovem, todos os jovens passam então a ser suspeitos ou, se apenas os pobres cumprem pena nas prisões brasileiras, portanto, os pobres são todos perigosos e, ainda, na oposição radical ordem/desordem, sendo a primeira em geral associada às instituições de controle social e a segunda, muitas vezes, a manifestações populares.

Reforça-se assim a tendência de identificação do perigo no outro, personificado no aidético, no negro, no favelado, no homossexual, no criminoso e no preso, ampliando-se uma tendência que não é nova de identificação de *bodes expiatórios* para os problemas sociais.

No Estado de São Paulo, o estado brasileiro portador da maior população carcerária do país, a carência de estabelecimentos penais é ainda maior do que nos demais estados. Segundo dados do Censo Penitenciário de 1997, neste estado haviam 35.847 presos para 24.222 vagas, portanto o déficit era de 11.652 vagas.

A partir daí, com a verba liberada pelo Governo Federal, o então governador Mário Covas lançou um *megaprojeto* que objetivava

prioritariamente a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e a diminuição da superlotação dos Distritos Policiais (DP's) paulistanos. Foram então construídas 21 novas unidades prisionais fechadas e 3 semi-abertas, todas no interior do Estado de São Paulo e 13 delas no Oeste Paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso, Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente<sup>2</sup>. Muitas dessas penitenciárias acabaram sendo inauguradas as pressas, em 1998, sem o término das obras, em função da candidatura de Mário Covas à reeleição.

Os poucos alojamentos do semi-aberto foram construídos anexos às penitenciárias já existentes, nas instituições de Guarulhos, Marília, Mirandópolis e Presidente Prudente. Esses semi-abertos possuem a mesma diretoria da penitenciária vizinha e também são os mesmos funcionários que cuidam da vigilância.

Frente à crise econômica que vem assolando o Brasil, materializada, sobretudo, no desemprego, tornam-se ainda mais limitadas às possibilidades de volta ao mercado de trabalho pelos presidiários. As pequenas e médias cidades do interior paulista têm vivenciado cotidianamente o fechamento de empresas, que não sobrevivem à crise. É neste contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganham dimensão específica.

O interior do Estado de São Paulo depara-se assim com um novo, ou redimensionado, elemento no seu cenário, cuja significação apenas começa a ser descortinada pela população local, embora pontos de contato já tenham sido estabelecidos por diferentes segmentos sociais.

Dois discursos convergentes envolveram essas instituições, sobretudo nesse período eleitoral (1997). Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do estado. Por outro lado, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interiores, particularmente afetadas pela crise econômica.

Estimativas prevendo a abertura de 6.624 vagas de trabalho, em 12 novas penitenciárias, foram os principais fatores a reverter a tradicional rejeição às penitenciárias, que se transformou em disputa ferrenha em vários casos, com prefeituras oferecendo inclusive cursos preparatórios que favorecessem os muitos candidatos locais ao preenchimento das vagas, mediante concurso público.

Mas houve também casos em que a prorrogação de prazos de inscrição para esses concursos foi ocasionada pela falta de candidatos. A necessidade certamente esbarrou no temor gerado tradicionalmente por essas instituições envoltas por uma aura de

mistério, matizado pelos casos de violência relatados pela mídia, durante tentativas de fuga ou motins.

Dentre aqueles que chegaram a se inscrever nos concursos, observa-se um desconhecimento generalizado das implicações dessa opção, ou seja, do que significa trabalhar num presídio. Aqueles que já tinham amigos ou parentes trabalhando no sistema penitenciário eram as únicas exceções.

Esse misto de atração salarial e temor comparecia, mas não era resolvido ou amenizado, durante o I Módulo do Curso de Formação de Agentes de Segurança, que em nada parecia destinado à uma prisão. O resultado podia ser percebido nos funcionários administrativos, ao longo dos primeiros meses de trabalho, para quem tarefas simples, como viabilizar o atendimento dos sentenciados por assistentes sociais e psicólogos, pareciam muito complicadas, para não dizer perigosas. Isso atrasou os primeiros atendimentos.

Ao longo do tempo, esses mesmos funcionários foram percebendo que para os presos, pequenas atividades dentro da prisão também ganham um outro significado, antes imprevisto. Para eles, trata-se sempre de *válvulas de escape*, isto é, o simples contato com pessoas diferentes, transitar por espaços diversos (ainda que dentro do presídio) - *dar um passeio* ou *levar um caminhão de areia*, na gíria deles, receber qualquer tipo de atenção, romper a rotina, enfim, são sempre benefícios.

Para os funcionários do setor administrativo, geralmente situado em local distante dos *raios* que alojam os presos, muitas vezes, inclusive, em pavilhões separados e bem demarcados por grossos portões, o cotidiano dos presos permanece envolto em certo ar de mistério, perpetuando sentimentos ambíguos de repulsa e temor, de curiosidade e atração.

Uma das suas primeiras constatações refere-se ao efeito de *contágio* que a prisão vai exercendo não apenas sobre os presos, mas também sobre os agentes que estão em contato constante com ele. Trata-se da chamada *prisonalização*, já abordada por diversos especialistas (MOLINA, 1997, p.152), com alcances diversos, que é percebida de forma bastante concreta no *cheiro de cadeia* que impregna presos e agentes e na linguagem carcerária - a famosa *gíria de cadeia* - criada pelos presos, para não ser entendida pelos agentes, mas que acaba por ser incorporada por muitos deles. Por último, um dos indícios mais significativos desse processo é a tendência partilhada de ocultar tudo o que ocorre na prisão. Como observa Molina, mostrando que não se trata de uma particularidade das prisões brasileiras, já que ele pesquisa prisões espanholas, "quanto menos se fala da prisão, melhor" (MOLINA, 1997, p.151).

Outro efeito que atinge presos e agentes, ao menos os *principiantes*, é o impacto do barulho dos portões sendo fechados. Segundo depoimentos, trata-se de experiência *inesquecível*, além de incômoda e causadora de pânico - "também ficariam encarcerados ?".

<sup>2</sup> As cidades de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Assis e Presidente Venceslau já possuíam instituições penitenciárias.

Impossível não se questionar sobre a potencialidade do impacto causado sobre aqueles que realmente ficarão trancados...

Mas os depoimentos comprovam também que o tempo age poderosamente. Com a rotina, todos acabam por acostumar-se com os barulhos da prisão, o que também deve acontecer com os presos. Alguns sons, mais raros, porém, continuam ameaçadores. Esse é o caso do alarme, cujo efeito foi assim descrito por um preso entrevistado por Goifman:

*O som estremece, traz pavor, é o som do alarme... sempre que soa isso aí nós sabemos que alguém fugiu, quase sempre há uns tiros. Teve época de rajadas de metralhadoras de grupos de resgate que vieram buscar sentenciados para fuga... aí a gente fica num estado de muita tensão... não pode sair pro sol. O sol é a única coisa que temos aqui... sair pra tomar sol. A cela é gelada demais, é muito fria (GOIFMAN, 1998, p.167)*

Mas há outros elementos comuns no tratamento destinado pelas novas penitenciárias a presos e agentes que são fortemente repudiados pelo segundo segmento. Um bom exemplo disso é a comida comum, costumeiramente feita pelos presos, *para presos*, como comprova o seu cheiro característico, segundo os agentes, que acabam obrigados a partilhá-la em função da distância que freqüentemente separa as penitenciárias interioranas dos centros urbanos.

Trata-se de uma das características das novas penitenciárias que também revela seu caráter ambíguo – quando decidiu situar as novas penitenciárias em áreas afastadas dos centros urbanos, o Governo Estadual priorizou a questão da segurança, tanto interna quanto externa, além de ter buscado diminuir a resistência da população local, mas prejudicou os agentes, que foram obrigados a percorrer longos trajetos para chegar ao seu local de trabalho, ficando ainda impedidos de gozar do seu horário de almoço fora da prisão.

Ainda na visão desses agentes, “para quem roubou e matou, a comida está boa demais”, mas não para trabalhadores honestos... Evidencia-se, assim uma característica de todos os discursos e práticas presentes no espaço prisional – o caráter punitivo – além de outra, mais específica, mas também muito presente, que é o caráter de disputa entre agentes e presos, reiterado, sobretudo, pelos primeiros.

Como age a instituição penitenciária frente a essas relações entre presos e agentes, que estão na base do seu próprio cotidiano? Ao que tudo indica, ela reforça tais exclusões também presentes na sociedade inclusiva, ampliando assim seu controle sobre cada um dos segmentos envolvidos, ao apostar na potencialização da oposição historicamente construída com esse objetivo, entre trabalhadores e *classes perigosas*. Como mostrou Michel Foucault (1993), trata-se de

desenvolver dentro dos muros, estratégias de controle a serem aplicadas fora deles...

Essas relações entre agentes e presos, no universo carcerário, também podem dar vazão a impulsos até então contidos. Em conversas observadas entre os agentes, percebe-se que empregar a violência quando ocorrem situações percebidas como ameaçadoras da ordem e da segurança, isto é, quando o preso *desobedece*, faz com que o agente volte para casa aliviado. O inverso se dá nas ocasiões em que *nada se faz, você volta para casa atacado*. A violência na solução de conflitos, em geral associada ao *mundo do crime*, se torna na prisão uma prática comum, cujos efeitos acabam por expandir-se, ultrapassando as muralhas não apenas quando presos são libertados, mas também com as entradas e saídas cotidianas dos agentes.

Esse esforço de impor sua autoridade a qualquer preço pode ser observado em situações como a não observância da norma de se manter barbeados, pelos presos. Aparentemente pouco relevante, esse desrespeito adquire outra dimensão para os agentes porque remete, mais uma vez, à disputa entre ambos. Ignorando o fato de que os agentes entram e saem do presídio cotidianamente, eles revoltam-se por terem que se manter barbeados, enquanto que os presos só o fazem quando saem do raio habitacional, para trabalhar, por exemplo. Novamente, nota-se que ao invés de dirigirem sua revolta à administração penitenciária pelo excesso de normas sobre eles impostas, os agentes dirigem-na aos presos.

Sobre esse comportamento que não chega a ser geral entre os agentes, mas que pode ser encontrado em todas as instituições penitenciárias, são significativas as observações de Centurião:

*O fato de atitudes dessa espécie estarem em contradição com as instruções recebidas durante o período de aprendizagem formal na escola penitenciária torna-se irrelevante e sem influência alguma na medida em que esses indivíduos encontram um meio propício para a manifestação de disposições que possivelmente, ou permaneceram latentes, ou se manifestariam de forma tida como nitidamente anti-social se não ocorressem num ambiente (como o carcerário) que as tolere e prescreva. É possível ouvir, durante manhãs ou tardes inteiras, relatos de violência física e moral contra os detentos (CENTURIÃO, 1996, p.51)*

Alguns novos agentes declaram *gostar* do trabalho, manifestando a esperança de *corrigir com as próprias mãos*. Logo se deparam com a inviabilidade de tal propósito, na medida em que adquirem o chamado *saber prático*, percebendo que, a despeito das regras, tudo na prisão tem que ser negociado. Isso não exclui, pelo contrário, tem como parte integrante, a incorporação da violência como

parte das relações que se estabelecem no interior das prisões. Longe de se recuperar, ou *corrigir*, na linguagem dos próprios agentes, eles compreendem que sua missão é *manter a ordem*, o que na prática pode significar abrir e fechar portões.

Outros parecem experimentar essa fase de adaptação ao novo trabalho de maneira mais dolorosa, com grande impacto sobre suas próprias vidas. Tornam-se, segundo seus companheiros, *rebeldes* ou *chapados*. Muitas vezes, isso significa tornar-se aliado dos presos, ou seja, *mudar de lado*, comprometendo a própria segurança e de todos os envolvidos no sistema prisional, uma vez que o frágil equilíbrio das relações é então alterado.

Na prática, esses agentes recebem recompensas em troca de favores prestados aos presos, reproduzindo práticas antigas nas instituições prisionais. Essas recompensas podem ser até carros novos, mas ninguém sai ileso dessas negociações, em função da profunda inversão à ordem por elas representada.

Isso não significa que negociações sejam práticas exclusivas dos agentes corruptos. Pelo contrário, trata-se de prática cotidiana que exige habilidade dos envolvidos. Atender pedidos e reclamações, ao longo de jornadas de 12 horas é sempre exaustivo. A capacidade de selecionar os pedidos a serem atendidos e apresentar justificativas para os outros, solucionar problemas, dar esperanças para o futuro... é habilidade fundamental. *Pagar uma simpatia de vez em quando*, segundo a *gíria da cadeia*, garante também compromissos assumidos pelos presos com os agentes.

Cotidianamente, tais habilidades acabam por garantir a tranquilidade das cadeias, embora não sejam aspectos divulgados pelos agentes, uma vez que, neste caso, o *perigo* residiria muito mais em passar por *babá* ou *empregado* de preso, comprometendo a imagem heróica que procuram divulgar. Os aspectos mais freqüentemente comentados por eles costumam dizer respeito a situações que envolvam perigo, o que também contribui para que possíveis desvios de conduta possam ser justificados.

Assim podemos perceber confluências entre as representações sociais construídas pela mídia acerca dos presídios e aquelas divulgadas pelos agentes penitenciários, seja formalmente, em entrevistas, por exemplo, seja em suas conversas com amigos, vizinhos, etc; ainda que as razões de cada um deles sejam diferentes. Considerando-se as representações sociais "como saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas também ajudam a formar" (JOVCHELOVITCH, 2000, p.32), tais confluências tornam-se ainda mais significativas.

Chama atenção ainda a fragilidade que caracteriza tal equilíbrio estabelecido entre presos e agentes, no qual baseia-se a própria ordem carcerária em última instância. A reciprocidade garante *acordos*, em que o preso assume a obrigação de contar *se há algum bochicho*, alguma ameaça eminente. Esses acordos exigem verdadeiros

*malabarismos* dos presos, para cumprirem sua parte e, ao mesmo tempo, evitar comprometer-se com os *companheiros*. Além disso, e talvez por esses próprios limites, trata-se de uma tentativa ilusória de manutenção do controle, uma vez que nem sempre o agente consegue evitar, por exemplo, a ocorrência dos temidos motins:

*E, dessa maneira, se estabelece um nivelamento, entre superiores e inferiores, em termos de controle de situação, o que afeta os princípios formais de uma instituição que, teoricamente, é marcada pelos estatutos do poder totalitário. E, diante destas considerações torna-se claro que o fundo de poder mantido pelo agente é sempre sujeito a mecanismos de negociação. O poder e as influências são negociadas de maneira a estabelecerem o 'modus vivendi' que é a marca característica da instituição prisional.* (CENTURIÃO, 1996, p.49)

Segundo depoimentos iniciais de funcionários em funções diversas, envolvidos na instalação de novas penitenciárias, a introdução dessas práticas perversas típicas das antigas e *já viciadas* instituições prisionais, parece inimaginável numa nova e ainda *pura* penitenciária. Dentro de poucos anos, no entanto, os boatos sobre agentes corruptos começam a espalhar-se, confirmando as alarmantes conclusões de Molina acerca das penitenciárias espanholas: "A prisão marginaliza a todos que se põem em contato com ela" (MOLINA, 1997, p.89).

#### Referências Bibliográficas:

CENTURIÃO, Luiz Ricardo M. O agente penitenciário e seu contexto. **Revista do Conselho Nacional de Política Penitenciária**. Brasília, 1(8), p. 42-55, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em siow motion – a morte do tempo na prisão**: imagens e texto. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

IMBERT, Gerard. **Los escenarios de la violencia**. Barcelona: Icaria Ed., 1992.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e a esfera pública**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLINA, Jesús Valverde. **La carcel y sus consecuencias**: la intervencion sobre la conducta desadaptada. Espanha: Editorial Popular, 1997.